

# 81 MATÉRIAS SOBRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CENSURA

**MARIA CRISTINA CASTILHO COSTA**

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
OBCOM- OBSERVATÓRIO DE COMUNICAÇÃO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CENSURA

## **Resumo**

O presente trabalho investiga 81 matérias publicadas na Internet sobre liberdade de expressão e censura, mostrando como funciona o cerceamento à liberdade de expressão, hoje, quando os órgãos estatais de censura foram extintos da maioria dos países democráticos do Ocidente. Analisa os pressupostos das ciências da comunicação que guiam as ações censórias, identificando tendências: 1) mais imagens fixas e em movimento são alvo dos censores, menos preocupados com textos escritos; 2) o público é encarado como incapaz de discernir, escolher, reagir, refletir e responder às mensagens, como pensavam os teóricos da comunicação na passagem do século XIX para o XX; 3) a Internet, editando *postagens* em sites internacionais e redes sociais, funciona como a única censura organizada de alcance mundial, agindo em diferentes países, sistemas e continentes, de forma padronizada e automatizada. Tecnologia de ponta e postura ética conservadora entram em conflito nas formas de cerceamento da comunicação na atualidade.

## **Palavras-chave**

Liberdade de expressão; Censura; Internet; Comunicação; Atualidade.

## **Introdução**

81 foi o número de matérias – artigos, notícias, notas, entrevistas e comentários – que me foram destinadas sobre liberdade de expressão e censura para discussão. E o que podemos constatar da leitura e análise desse material é que a censura, hoje, está capilarizada e distribuída entre nações, grupos, instituições, pessoas, partidos, grupos econômicos e agências noticiosas. Vejamos o que essas 81 matérias nos trazem de informações.

O jornal *La Hora*, do Equador, publicou, em 01 de novembro de 2013<sup>1</sup>, matéria na qual denuncia a censura existente na Venezuela. Diz o texto: “As restrições à liberdade de expressão se multiplicaram no último ano na Venezuela, chegando a ocorrer um caso de censura a cada quatro dias”<sup>2</sup>. Jornalistas, cartunistas, humoristas e defensores dos direitos humanos são vítimas de restrições à veiculação de notícias no país vizinho.

Os meios de cerceamento são a ameaça de demissões e os processos judiciais, conforme explicitado em reunião da Comisión Interamericana de Derechos Humanos, onde o assunto foi tratado. O representante da Venezuela, Luis Brito Garcia, entretanto, contesta, e afirma que há uma série de “invenciones” relativas ao governo venezuelano e que não seria possível estabelecer uma censura no país. Catalina Botero, representante da instituição promotora do evento, afirma que matérias são destruídas e jornalistas são demitidos por suas mensagens no Twitter. Trata-se de um governo socialista que enfrenta forte crise econômica e política, atribuída, em parte, a partidos de oposição acusados de tramar contra o governo do presidente Nicolás Maduro, sucessor de Hugo Chavez.

Essa notícia poderia nos fazer pensar que o cerco à imprensa e a censura direta ou indireta à informação jornalística seria uma característica da esquerda latino-americana, de tendência centralizadora e estatizante. Mas, em 21 de agosto, matéria extraída de um blog noticioso na Inglaterra, país considerado liberal, garante que o primeiro-ministro britânico, David Cameron, teria pedido ao jornal *The Guardian* a destruição de documentos confidenciais entregues ao jornal pelo ex-analista e ex-consultor de segurança da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos, o norte-americano Edward Snowden, hoje asilado na Rússia. Snowden foi acusado de fornecer detalhes do sistema de vigilância norte-americano aos jornais *The Guardian* e *The Washington Post*, razão pela qual fugiu dos EUA.

O governo inglês foi duramente criticado por essa censura à imprensa, assim como pela detenção de David Miranda no aeroporto de Londres. Ele era companheiro de Glenn Greenwald, jornalista do *The Guardian* suspeito de ter acesso aos documentos. O governo britânico foi também criticado pelo Conselho da Europa, que considerou tais atos como violações do artigo 10 da Convenção Europeia de Direitos Humanos,

1 Todas as matérias referenciadas neste texto foram publicadas no ano de 2013.

2 “Denuncian censura informativa cada 4 días en Venezuela”. [http://www.lahora.com.ec/index.php/noticias/show/1101585721/-1/Denuncian\\_censura\\_informativa\\_cada\\_4\\_d%C3%ADas\\_en\\_Venezuela.html#.VOlhHfnF\\_HQ](http://www.lahora.com.ec/index.php/noticias/show/1101585721/-1/Denuncian_censura_informativa_cada_4_d%C3%ADas_en_Venezuela.html#.VOlhHfnF_HQ). La Hora, 1 nov. 2013.

pela garantia ampla e irrestrita do direito à Liberdade de Expressão. Um porta-voz do ministro britânico, em compensação, afirmou que “se informações altamente sensíveis são guardadas de maneira insegura, o governo tem a responsabilidade de protegê-las”<sup>3</sup>. Mesmo quando para isso for necessário usar a força, a polícia e a detenção.

Essas seriam as formas clássicas de pressão e constrangimento. Além de recursos censórios clássicos, como esses, matéria publicada em 12 de agosto no *The New Yorker* dá conta de que, na China, o bilinguismo é utilizado como tática censória. Há notícias que só são veiculadas em inglês, enquanto outras só em Mandarim. Cada língua implica em um tipo diferente de público e de triagem das informações.

No entanto, não são apenas as notícias e informações que são impedidas de circular por iniciativa dos governos estabelecidos em diferentes nações, dando a dimensão capilarizada da censura na atualidade. Diferentes critérios e posturas relativas a gênero e sexualidade também demonstram contradições e polaridades. Em 20 de novembro de 2013, um blog jornalístico noticia que as Forças Armadas de Singapura foram proibidas de cantar, durante os treinos, uma música considerada misógina intitulada *Purple light*.

Diz a letra: “Saliendo a ver mi novia/ La pillé con otro hombre/ Maté al hombre y a ella la violé con mi rifle, mi compañero y yo”. Após queixa da Associação de Mulheres Investigadoras em Ação (*Aware*, sigla em inglês), a letra foi modificada para: “Saliendo, vi a mi novia/ La vi con otro hombre/ Me rompió el corazón, volví al ejército/ Con mi rifle, mi compañero y yo”<sup>4</sup>. Houve grande debate sobre essa forma de censura pois, como lembra a matéria, as palavras têm muito poder, moldando as normas sociais e o sentido coletivo do que é aceitável. Ouvindo a letra misógina, violadores podem ter a impressão de que seus atos são aceitáveis, diz o autor da notícia.

A defesa de uma ideologia mais igualitária em relação a como os meios de comunicação tratam as mulheres está presente também em uma decisão do Instituto do Cinema e TV a Cabo sueco, que decidiu impor igualdade de gênero aos produtos veiculados no país. As produções serão classificadas pelo teste de

3 “Premiê David Cameron estaria por trás da pressão sobre o Guardian”. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/08/premie-david-cameron-estaria-por-tras-da-pressao-sobre-o-guardian.html>. G1, 21 ago. 2013.

4 “Ejército de Singapur censura el verso “maté al hombre, violé a mi novia” de una de sus canciones de marcha”. <http://es.globalvoicesonline.org/2013/11/26/el-ejercito-de-singapur-censura-el-verso-de-mate-al-hombre-viole-a-mi-novia-de-una-de-sus-canciones-para-marchar/>. Global Voices, 26 nov. 2013.

Bechdel, que mede a quantidade de cenas de violência contra a mulher, sexo e nudez. Apenas aquelas aprovadas nessa triagem serão vistas em cinema e televisão a cabo suecos. Outros países europeus, como a Espanha, também procuram utilizar o método, procurando favorecer a veiculação de filmes e programas audiovisuais considerados “especialmente recomendados para o fomento da igualdade de gênero”. Isto é, produções com personagens femininas que sirvam de exemplo para as mulheres. O controle ideológico das produções artísticas muitas vezes cai no que comumente chamamos de “politicamente correto”, em defesa de certos princípios éticos considerados (quase) universalmente aceitáveis ou inaceitáveis.

Mas a defesa do “politicamente correto” tem acarretado muita divergência, especialmente quando se confronta com o pluralismo cultural e a propalada tolerância em relação ao diferente. Por outro lado, como se pode medir o limite das sanções à produção simbólica considerada injusta, inadequada, inconveniente ou desfavorável para determinados grupos e minorias sociais?

Se a violência física e sexual imposta à protagonista feminina de um filme justifica sua classificação como não recomendado, quais os critérios a respaldar a penalização dos produtores de tais filmes ou até mesmo a opinião que expressam, contradizendo princípios considerados politicamente corretos? Parece discutível a suspensão da participação do diretor dinamarquês Lars Von Trier no Festival de Cannes de 2013, em função de declarações feitas no Festival de 2011, quando afirmou ser capaz de compreender (sem apoiar ou desculpar) Hitler. Desde então, o diretor foi considerado *persona non grata* pelo Festival, que suspendeu sua participação quando concorreria com o filme *Ninfomaníaca*. A falta de consistência desses critérios e dessas sanções fica ainda mais evidente quando lembramos que nem Woody Allen, nem Roman Polanski sofreram interdições, mesmo quando processados por abuso sexual a menores de idade. Portanto, o “politicamente correto” parece funcionar, muitas vezes, como justificativa para afirmação de valores doutrinários e ideológicos de certos grupos no poder, quer de um país, quer de uma associação ou de uma instituição.

Também em defesa de atitudes politicamente corretas, estão as interdições que dizem respeito às produções destinadas ao público infantil. Segundo matéria publicada em 17 de outubro pelo jornal *El Universal*<sup>5</sup>, o desenho animado chinês de muito sucesso, *A cabra agradável e o grande, grande lobo*, foi proibido de ser

5 “Censuran caricatura en China por exceso de violencia”. <http://www.eluniversal.com.mx/espectaculos/2013/censura-caricatura-china-la-cabra-agradable-y-el-gran-gran-lobo-958870.html>. 17 out. 2013.

veiculado para desconsolo do público que o assistia assiduamente. O desenho foi considerado violento demais e apontado como provável responsável pelo acidente havido com duas crianças que se queimaram ao tentar recriar os conflitos entre a cabra e o lobo. Mesmo sendo agradável, nesse seriado a cabra foi queimada e eletrocutada pelo lobo centenas de vezes. A suspensão de veiculação da série pela Administração de Imprensa, Publicação, Rádio, Cinema e Televisão chinesa causou polêmica, sendo o governo chinês acusado de tentar justificar a censura existente no país. Também a falta de coerência e consistência foi aludida pelos espectadores, argumentando, em resposta a essa censura, que séries violentíssimas de produção japonesa são veiculadas livremente. Do outro lado do mundo, Tom e Jerry, desenho animado veiculado pelo Cartoon network, teve suspensa sua apresentação pelo mesmo motivo. Os detentores dos direitos de veiculação consideraram as brigas entre o gato e o rato como nocivas ao público infantil.

Para além das questões político-ideológicas referentes à representação de minorias e grupos sociais na produção simbólica da atualidade, das manifestações de opiniões políticas, das avaliações por parte de produtores, da tentativa contumaz de proteger o público infanto-juvenil, o “politicamente correto” ainda se debruça e serve para justificar ações mais complexas envolvendo uma crítica social à atuação dos meios de comunicação de massa. A 04 de outubro foi publicada uma matéria no *El comercio*<sup>6</sup>, do Peru, denunciando que Laura Bozzo, apresentadora do programa *Laura* na emissora mexicana Televisa, visitou áreas abaladas por acidentes climáticos sem prestar qualquer tipo de ajuda às vítimas. Usando helicóptero oficial e sem estar preparada para essas emergências, Bozzo teria se aproveitado de suas facilidades para “comercializar tragédias”, segundo Francisco Javier Gonzáles Garza. Em razão disso, a jornalista Carmen Aristegui pediu que o programa fosse retirado do ar.

## **Práticas censórias**

Como podemos perceber por essa amostra de casos de censura e interdição que ocorrem na atualidade, em diversas partes do mundo, os motivos e as justificativas não são novos. Há mais de um século que o desenvolvimento dos meios de comunicação levam autoridades políticas e militares a impedir a veiculação de

6 “Laura Bozzo se convierte en un problema para Televisa” <http://elcomercio.pe/tvmas/television/laura-bozzo-se-convierte-problema-televisa-noticia-1640056>. *El Comercio*, 04 out. 2013.

notícias e a exposição de obras de arte que parecem ferir princípios éticos e morais ou, simplesmente, a prejudicar os interesses de grupos que ocupam lugar de destaque na sociedade. E, embora os critérios censórios sejam históricos e suscetíveis de variação no tempo e no espaço, as justificativas parecem se valer de princípios universais capazes de garantir o apoio da opinião pública às diferentes formas de intervenção na produção simbólica.

Por mais que saibamos que a moralidade sofre transformações cada vez mais rápidas, continuamos a defender certos valores como universais, eternos e “acima de qualquer suspeita”. Proteger crianças, opor-se à violência, defender a liberdade parecem condutas unanimemente desejáveis, padrões éticos inatacáveis. Sempre que os interesses de um governo, uma empresa, uma instituição laica ou religiosa, pública ou privada, puderem ser revestidos dessas justificativas, a interdição, a intervenção e a censura se tornam, senão política, pelo menos moralmente aceitáveis.

Como dissemos, isso não é novo e os catorze anos que vimos estudando o Arquivo Miroel Silveira, da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da USP, mostraram que se dava o mesmo nos órgãos oficiais de censura existentes no século passado. Os pareceres dos censores revelam como a moralidade e os bons costumes estiveram sempre à mão para justificar cortes, supressões e vetos às peças teatrais que deveriam ser apresentadas em São Paulo. Assim, o que mudou não foi a existência da censura e sua justificativa ética e moral, mas a capilaridade de sua ação. Nas mais longínquas partes do mundo, autoridades civis e militares, grupos sociais, associações, instituições e meios de comunicação tentam utilizar recursos censórios variados para impedir que ideias contrárias a seus interesses sejam veiculadas: processos judiciais, força, interdição, classificações diversas, pressão.

No Brasil, não é diferente. Rita Lee foi condenada a pagar indenização por desacato e incitação ao crime e ao uso de drogas em show de despedida de sua carreira, quando exortou a polícia militar a não revistar seu público na busca por porte de entorpecentes. Segundo o Diário do Grande ABC, de 23 de julho, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, tentava obter com operadores de telefonia e provedores de Internet, por meio de decreto, dados sobre participantes de manifestações populares. A defesa da ordem e da segurança era a justificativa do governador, uma das autoridades mais duramente criticadas nas manifestações de rua que aconteceram no país em junho de 2013.

Isso sem contar o grande debate ocorrido no ano passado sobre o projeto de lei modificando os parágrafos 20 e 21 do Código Civil, que prevê a obrigatoriedade de autorização prévia de personalidades históricas, ou de seus herdeiros, para

a publicação de suas biografias. Um forte movimento em defesa da autorização prévia foi encabeçado por grandes artistas e celebridades, como os cantores e compositores Roberto Carlos, Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, entre outros. Causou espécie verificar que grandes defensores da liberdade de criação artística defenderam o poder da mordada quando o que se diz sobre eles fere seus interesses de marketing ou, simplesmente, financeiros.

Portanto, a censura se mostra, nessas 81 matérias, plural, pulverizada, diluída, espalhada, trazendo de volta uma cultura censória que se julgava menos resistente e criando novas justificativas legais e discursivas. Assim, por um lado, no Canadá, pede-se a revisão de uma velha lei contra a blasfêmia. Tal lei não era utilizada desde 1930 e, agora, é referenciada para justificar ações contra jornalistas e humoristas que, com seu trabalho, estariam incomodando personalidades e autoridades. Por outro lado, na África do Sul, exorta-se para a defesa da garantia legal da liberdade de expressão, que completa apenas vinte anos. A todo momento ela parece não resistir à luta contra se permitir apenas a veiculação de informações e notícias que interessam aos grupos no poder. Do mesmo modo, a defesa de dogmas religiosos sempre foi um dos critérios censórios em toda a Modernidade, mas a proliferação de religiões díspares coloca questões bastante delicadas. Enquanto certos grupos religiosos defendem que a pregação do heterossexualismo é preceito divino, grupos e associações que defendem homo, bi e transsexuais lutam contra ativistas preconceituosos, bem como pela livre veiculação de imagens e mensagens relativas à sua escolha sexual e à sua vida afetiva e erótica. O site do UOL noticiou, em 10 de outubro<sup>7</sup>, que a rede social Facebook censurou fotos postadas pelo ator de filmes pornô americano, Jesse Jackman, nas quais beijava seu companheiro Dirk Caber.

## **Tendências**

Os critérios censórios hoje não contam com procedimentos estatuídos e princípios legais detalhados, que as constituições dos diferentes países democráticos se negam a produzir. Conflitos dessa ordem, assim como essa falta de consistência e coerência, vão obrigando à revisão de certos conceitos que entram em voga, tais como tolerar, difamar, denegrir, espionar, informar, invadir a privacidade, incitar à violência. Também se torna cada vez mais necessário precisar o que vem a ser

---

7 “Facebook censura foto de beijo de ator pornô” <http://atarde.uol.com.br/chamegente/noticias/1540097>. Uol, 10 out. 2013.

criticar, denunciar, condenar e defender.

Mas, nesse universo multifacetado, plural e globalizado, algumas tendências se mostram mais perceptíveis e resistentes e merecem maior atenção do pesquisador em comunicação. São elas: a crescente importância da imagem fixa ou em movimento como objeto de interdição nos processos de censura da atualidade; a crença numa relação intensa, próxima e automática entre a veiculação de mensagens e o comportamento do receptor, ou seja, entre a produção simbólica e a realidade concreta; e o papel das redes sociais no campo da comunicação da atualidade. A esses três pontos nos dedicaremos agora.

## O poder das imagens

Das 81 matérias que compõem a mostra que me foi destinada, trinta e cinco diziam respeito a veículos, produções e produtores audiovisuais. São censuras, vetos, interdições a filmes e vídeos, fotografias, pinturas, desenhos, animações e programas de televisão. Salas de televisão para exibição de filmes em 3D foram proibidas em Cuba por promoverem “muita frivolidade, mediocridade, pseudocultura e banalidade”<sup>8</sup>, segundo matéria publicada por El Financiero em 24 de novembro. Com isso, adeus a películas norte-americanas que atraíam grande público, como Avatar.

Por outro lado, Nicolás Maduro, presidente da Venezuela acusa a rede de cinemas da Venezuela de tentar vetar a exibição do documentário intitulado Bolívar, o homem das dificuldades. Atribuindo a problemas técnicos, a rede de salas de exibição intitulada Cines Unidos deixa de exibir o filme. “Bolívar é perseguido pela burguesia”<sup>9</sup>, diz Maduro, segundo o jornal chileno La nación, em 22 de agosto. Em Amaralina, Salvador, Bahia, o documentário Menino Joel, de Max Gaggino, teve sua exibição proibida para populares pela polícia militar. O documentário, que contava a morte do garoto Joel, morador da mesma localidade, Amaralina, alegadamente incitava o público contra a polícia.

Fotos de nudez, de partos, de casais homossexuais, de autoridades em situações constrangedoras, orgias e telas com imagens consideradas eróticas ou pornográficas

8 “Cubanos lamentan el ‘The End’ de salas 3D”. <http://www.elfinanciero.com.mx/archivo/cubanos-lamentan-el-the-end-de-salas-3d.html>. El Financiero, 24 nov. 2013.

9 “Maduro acusa a cadena de cines de censurar cinta sobre Bolívar, La Nación”, 22 ago. 2013. Disponible en: <http://www.lanacion.cl/noticias/mundo/venezuela/maduro-acusa-a-cadena-de-cines-de-censurar-cinta-sobre-bolivar/2013-08-22/214724.html>.



são proibidas em exposições, sites e redes sociais. Programas de televisão são editados, entrevistas são cortadas em debates polêmicos, telenovelas não podem apresentar palavrões e os filmes da Disney não trazem mais personagens que fumam. Até mesmo o filme baseado na vida de Walt Disney vai mostrá-lo sem o inseparável cigarro. Leonardo di Caprio teve as cenas de sexo do filme O lobo de Wall Street agilizadas para que o filme pudesse ser apresentado para menores de 17 anos não acompanhados por responsáveis. Essa classificação é fundamental, nos Estados Unidos, para que o filme seja exibido nas principais salas de cinema do país, possibilitando grandes lucros. Assim, censura, estética e pressão do mercado se misturam para determinar o ritmo das relações sexuais entre os protagonistas.

A preocupação com a linguagem dos veículos audiovisuais, sua repercussão na formação da opinião pública e no comportamento social se explicam facilmente, nas ciências da comunicação, pela hegemonia crescente do uso das imagens na cultura humana. A troca de mensagens na sociedade se apoia, cada vez mais, no uso das imagens, na medida em que a cultura se globaliza. São de muito mais fácil e ágil interpretação do que a linguagem verbal (escrita ou oral), sempre mais atrelada às fronteiras idiomáticas. Mas, muito antes do desenvolvimento dessa sociedade das imagens, os filósofos antigos já alertavam para o poder de simulação das imagens. Mitos como os da Caverna de Platão, ou mesmo o de Narciso, tão bem estudado por Marshall McLuhan (McLuhan), dão conta de que a imagem sempre pareceu perigosa por seu poder ilusionista.

Derrick de Kerckhove dedicou-se ao estudo do envolvimento dos meios audiovisuais e da fascinação que exercem sobre o espectador. Diz ele: “os nossos olhos são atraídos pelo ecrã como o ferro por um imã” (Kerckhove, 1995: 39).

Convincente, emotiva, penetrante, de fácil memorização e mobilização subjetiva, a imagem passa a atrair todos os censores que buscam controlar ou manipular seus significados. Resumindo o poder envolvente e sedutor das imagens e a gama de emoções que ela mobiliza, Fredric Jameson escreve: “O visual é essencialmente pornográfico, isto é, sua finalidade é a fascinação irracional, o arrebatamento” (Jameson, 1995: 1). É compreensível, portanto, que os processos censórios se voltem, cada vez mais, para o controle das imagens pois, como reconhece Francesco Casetti: “o que está em jogo é uma mescla de atitudes e sentimentos contraditórios, a confiança na imagem e o medo da mesma, a paixão e o desgosto” (Casetti, 1989: 137).

## **Teorias conservadoras: a bala mágica**

As imagens envolventes e sedutoras mobilizam de forma intensa o observador e produzem efeitos de maneira mais rápida do que as mensagens verbais, que exigem decodificação dos signos para sua inteligibilidade. Mesmo considerando isso, é preocupante perceber, por trás das ações censórias analisadas, uma abordagem predominantemente mecanicista da relação que se estabelece entre emissor e receptor nos processos comunicativos. Na rasteira das escolas mais conservadoras de comunicação, de Katz a Lazarsfeld, os processos de interdição, à maneira daqueles realizados pelos órgãos oficiais de censura do passado, consideram o público incapaz de resistir aos apelos das mensagens e aos subterfúgios das imagens. Por tais pontos de vista, que ficaram conhecidos como teoria da bala mágica, “a mídia e as mensagens são vistas como capazes de moldar a opinião pública e inclinar as massas para qualquer ponto de vista desejado pelo comunicador” (De Fleur e Ball-Rokeach, 1993: 181).

Com esses pressupostos, que tiveram seu auge de aceitação na primeira metade do século XX, justifica-se pensar que a mera visualização de um filme documentário ou de um desenho animado pode incitar à violência, denegrir a imagem das pessoas envolvidas e levar crianças a cometer atos perigosos contra si próprias ou contra os outros. Não há a compreensão de que entre a emissão de uma mensagem, a sua recepção e a interpretação de seu sentido existem inúmeros processos psico-sociais intervenientes. Estes são responsáveis, por exemplo, pelo fato de uma produção televisiva não fazer sucesso, apesar de todos os recursos tecnológicos e narrativos empregados, ou de um candidato ser preterido em uma eleição, apesar de todo o uso da máquina de marketing que o promove.

Os processos censórios da atualidade, como os do passado, expressam concepções ultrapassadas da comunicação de massa, que, na realidade, encobrem a intenção de manipular a opinião pública, falsear fatos e acontecimentos e desviar a atenção de informações que fazem a diferença. Assim, cabe indagar: o que levaria o público de Amaralina (Salvador) a se colocar contra a Polícia Militar: o filme documentário *Menino Joel* ou a realidade vivida diariamente?

Para responder a essa pergunta é importante lembrar que dois meses antes da proibição do documentário, o primo de Joel, Carlos Alberto Conceição, fora morto por policiais, fato que gerou protesto nas ruas de Salvador. Portanto, é a realidade que dá sentido e coerência às suas formas de representação simbólica e não as

mensagens – sejam elas documentais ou ficcionais – que geram os conflitos, as dificuldades e as distorções vividas na realidade. Não é a imagem de Walt Disney fumando que induzirá seus admiradores ao fumo, mas toda a infra-estrutura produtiva que faz com que o cigarro chegue às mãos do consumidor. Mas, para resguardar os múltiplos interesses econômicos que essa infra-estrutura satisfaz, penaliza-se a produção simbólica que a expõe e denuncia. Walt Disney morreu, aos 65 anos de câncer nos pulmões. Não é a informação, a poesia ou a ficção que sozinhas podem intervir e produzir realidades, mas é a realidade que confere sentido à representação simbólica que ela gera, tornando sensível e perceptível o discurso construído a partir dela.

### **Facebook, um caso à parte**

Há quem considere que o advento da comunicação em rede e das mídias digitais é um divisor de águas na história do Ocidente, estabelecendo novas formas de produção material, de relacionamento e de comunicação. Argumenta-se que estaríamos em um novo momento, marcado por novas referências de tempo e espaço, fluxo e rapidez, proximidade e distância. Esse novo tempo, ou essa nova era, foi chamada, por alguns autores, de Capitalismo Pós-industrial, por apresentar novos parâmetros de produção, consumo e lucro; por outros, foi chamada de Pós-Modernidade, numa referência às transformações de ordem social, a globalização, a metropolização, a tecnicidade e a comunicabilidade.

Neste último elemento, a comunicabilidade, um dos meios que mais tem revolucionado a vida econômica e social das pessoas é a formação das redes sociais globalizadas: programas de comunicação interpessoal conectam usuários, tais como pessoas, governos, empresas, instituições, mediando suas relações por meio de telefones celulares, tablets e computadores. O sucesso dessa iniciativa tem tornado tais redes – Orkut, Twitter, Facebook, Instagram – uma das atividades mais assíduas e envolventes da atualidade, seja para trabalho, venda, consumo, propaganda, entretenimento, informação, aprendizagem e relacionamento. Delas, a mais bem sucedida é o Facebook (FB), empresa privada sediada nos Estados Unidos, que já atingiu mais de um bilhão de usuários em todo mundo.

Nas páginas do FB, pode-se publicar textos, fotos, vídeos e animações, sendo utilizadas por candidatos a cargos políticos, partidos, empresas, sistemas de

inteligência, movimentos sociais e indivíduos. As redes sociais consideradas como amplo, eficiente, rápido e aparentemente gratuito veículo de comunicação que vem substituindo outros como o telefone, o fax e, até mesmo, o email. Atuando de forma global, o FB enfrenta diferentes legislações e diversos regimes políticos, cada um com seu próprio sistema de controle da informação. Isso obriga a empresa a tomar medidas de controle editorial das publicações de seus usuários, o que fez dela um dos protagonistas das notícias acerca da censura e da liberdade de expressões.

Respondendo a uma demanda reprimida dos indivíduos e grupos sociais do mundo todo por espaço de atuação comunicativa e liberdade de expressão, e sendo uma empresa comercial e privada aparentemente independente de qualquer governo estabelecido, seus usuários anseiam por privacidade, autocontrole, liberdade e independência em suas publicações. E, sendo sua proposta garantir autonomia e inviolabilidade das informações de seus assinantes, qualquer medida restritiva é logo acompanhada de reações contundentes por parte dos atingidos.

Em 21 de outubro passado, Bebel Saber escreveu no site Noo matéria na qual denuncia a exclusão, pelo FB, de fotografias de Jacob Aue Sobol exibindo um parto natural, no exato momento em que a cabeça do bebê aparece pela vagina da parturiente<sup>10</sup>. Segundo a autora, as imagens produzidas por esse fotógrafo que procura sempre situações inusitadas para registrar, são constantemente vetadas na rede. Em 19 de novembro, segundo matéria da Telesurtv, foram tiradas do ar fotos de uma criança anencefálica durante as poucas horas em que esta sobreviveu ao parto. Os pais de Grayson James Walker, de Memphis Tennessee (EUA), tendo sabido da anomalia do filho gerado, desejaram registrar as poucas horas de seu filho, mostrando-o em sua página no Facebook. A administração da rede não o permitiu.

Em 2 de dezembro, Pablo Echenique-Robba escreveu matéria na qual denuncia o preconceito existente no Facebook, que teria censurado uma campanha em defesa de pessoas portadoras de necessidades especiais. Intitulada Yes, we fuck (Sim, nós transamos, em tradução livre), a página exibe imagens mostrando pessoas com “diversidade funcional exercendo sua sexualidade”<sup>11</sup>. O responsável pela campanha, Antonio Centeno, explica que a intenção é mostrar que tais pessoas têm sexualidade e o direito de satisfazê-la como todas as outras. No entanto, segundo Centeno, apenas imagens eróticas de pessoas saudáveis e consideradas “normais”

10 “Censura no face”. <http://noo.com.br/censura-no-face/>. Noo, 23 out. 2013.

11 “‘Yes, we fuck!’ y la censura puritana de Facebook” [http://www.eldiario.es/retrones/Yes\\_we\\_fuck-censura-puritana-facebook-sexualidad-discapacidad\\_6\\_192890715.html](http://www.eldiario.es/retrones/Yes_we_fuck-censura-puritana-facebook-sexualidad-discapacidad_6_192890715.html). El diario, 2 dez. 2013.

são admitidas na rede. A sexualidade dos chamados “não capacitados” é um tabu como o comprovou a censura da rede.

Aquilo que é censurado, vetado ou excluído da rede não é diferente do que vimos ser reprimido em outras matérias, seja através de pressões políticas e econômicas, processos judiciais ou classificações indicativas. Mas o que torna as censuras do Facebook “um caso à parte” é o fato de que se trata de uma ação globalizada atingindo milhões de usuários. Isso significa que a rede criou um sistema de censura massivo que perpassa diferentes países, culturas, grupos e instituições. O processo, segundo o que se lê nas matérias é o seguinte: assessores espalhados no mundo todo analisam postagens que são selecionadas por processo automático que rastreia textos e imagens. Quando consideradas impróprias, essas postagens são retiradas do ar e o responsável é alertado de que tais mensagens são proibidas pela política da empresa. Caso ele reitere em publicações desse tipo, é penalizado com suspensões de sua página que podem durar de 24 horas a 30 dias, conforme o número de reincidências.

Assim, em um mundo no qual a censura foi abolida da maioria dos países ocidentais pela constituição, uma empresa privada cria e coloca em prática princípios censórios globais que são atrelados a seu negócio (como se costuma denominar as atividades comerciais de uma empresa de natureza comercial e lucrativa), desrespeitando a legislação vigente e contrariando os princípios ideológicos das mensagens. Sobre isso comenta a Revista Fórum, em matéria publicada em 03 de agosto de 2013: “como uma empresa pode impor normas de censura a um terço da população brasileira, se a Constituição de 1988 continua em vigor, assegurando a liberdade de expressão?”<sup>12</sup>.

Contra essa censura indevida, foi organizado, em 28 de julho passado, o Dia da livre expressão do nu no facebook, quando jornalistas, poetas, escritores, artistas plásticos e cineastas, entre outros, postaram imagens de “nu artístico” na rede. A reação foi a retirada de muitas dessas imagens, inclusive do Obelisco do Parque do Ibirapuera, em São Paulo, segundo a reportagem. Marilyn Monroe nua, esculturas de Michelangelo, pinturas de Salvador Dalí, assim como fotos de indígenas também foram censurados pelo sistema técnico-humano massivo implantado pelo Facebook. Sinal dos tempos!

Convivemos hoje com sistemas censórios globais, criados sistematicamente e

12 “Redes: Facebook reintroduz a censura no Brasil”. <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/08/redes-facebook-reintroduz-a-censura-no-brasil/>. Revista Fórum, 02 ago. 2013.

atuantes automaticamente substituindo as antigas regulamentações existentes nos diversos países. Como vimos, os critérios que eles utilizam e implantam tem muito a ver com toda a tradição censória ocidental, assim como com os princípios morais, éticos, estéticos e ideológicos do país sede da empresa. À maneira da Inquisição – primeira entidade a institucionalizar a censura à produção simbólica – o Facebook instaura princípios seletivos sobre o que se fala, diz, publica, lê, ouve e observa no mundo todo, impondo-se como poder acima de governos e legislações.

Clama-se contra esse processo de veto às imagens consideradas impróprias por razões morais, denunciando as redes sociais – e não só o Facebook – por conservadorismo, tabus e preconceitos. Mas, enquanto isso, deixamos de levar em conta que, para essa prática se instaura um processo de rastreamento que lê, analisa e seleciona postagens. Desse rastreamento, só temos conhecimento dos vetos morais e éticos. Deixamos também de considerar que se trata de uma empresa capitalista, portanto, comprometida com determinado sistema econômico e político. Não analisamos que, estando sediada em um país real e não virtual, mantém com ele sofisticadas relações de parceria e colaboração. Estas fizeram com que, recentemente, por conta da espionagem denunciada pelo já mencionado Edward Snowden, asilado na Rússia, administradores do Facebook viessem a público assegurar que não fornecem dados de seus usuários a nenhum poder político instituído.

## **Conclusão**

Para encerrar as análises dessas 81 matérias sobre Liberdade de Expressão e Censura no mundo, na atualidade, queremos lembrar que a liberdade de expressão não pode ser encarada como uma lei, uma regulamentação, uma concessão. Ela deve ser vista como um exercício cotidiano pela comunicação, pela afirmação de nossos valores e crenças e como uma prática política e ideológica contra os interesses vigentes nos sistemas econômicos e políticos instituídos. Ninguém nos dará espaço, temos de tomá-lo, ocupá-lo, utilizá-lo e, para isso, as ciências da comunicação têm recursos importantes para nos fazer entender para além da aparência e da superficialidade da comunicação humana. Expõem-se os processos pelos quais, em diferentes situações e contextos, nossa mensagem pode ser calada, caçada, excluída, deletada, manipulada, rastreada ou denunciada.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Casetti, F. (1989), *La Imagen-Valor*. In *Videocultura de Fin de Siglo*, ed. Giovanni Anceschi, Madri: Catedra Signo e Imagen
- Castell, M. (1999), *A Sociedade em Rede*, São Paulo: Paz e Terra
- Costa, C. (2012), *No que Você Está Pensando? – Redes Sociais e Sociedade Contemporânea*, Revista USO, n. 92, v. 22, dezembro-fevereiro
- Costa, C. (org.) (2012), *Seminários sobre Censura*, São Paulo: Balão/FAPESP
- De Fleur, M. e Ball-Rokeach, S. (1993), *Teorias da Comunicação de Massa*, Rio de Janeiro: Zaar
- Jameson, F. (1995), *As Marcas do Visível*, Rio de Janeiro: Graal
- Kerckhove, D. (1995), *A Pele da Cultura*, Lisboa: Relógio d'água
- Leigh, D. e Harding, L. (2011), *O Segredo Wikileaks – o que é e como foi possível*, Lisboa: Gradiva
- McLuhan, M. (1974), *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*, São Paulo: Cultrix
- Meyer, P. (2002), *O Olho e o Cérebro*, São Paulo: UNESP
- Pretto, N. e Silveira, S. (org.) (2008), *Além das Redes de Colaboração*, Salvador: EDUFBA
- Vaidhyathan, S. (2011), *A Googlelização de Tudo – e Por Que Devemos nos Preocupar*, São Paulo: Cultrix
- Wolf, M. (2003), *Teorias da Comunicação de Massa*, São Paulo: Martins Fontes